

Política

—CRISE—

Centrão ausente. E Ulysses apela: ao trabalho.

De nada adiantaram os apelos do deputado Ulysses Guimarães: a Constituinte não conseguiu quórum ontem para votar o substitutivo do Centrão ao artigo 21 do capítulo da Organização do Estado, graças a manobras do próprio grupo, que retirou 30 de seus parlamentares do plenário. "O Centrão está fazendo o jogo do Planalto, que não deseja o prosseguimento dos trabalhos", denunciou o deputado Otávio Elísio (PMDB-MG). Com isso, foram diminuídas as chances de a Constituinte começar a votar na segunda-feira o tempo de mandato do presidente e o sistema de governo.

Irritado, Ulysses decidiu renovar seu apelo, nos programas **A Voz e O Diário da Constituinte**, para que os parlamentares retornem a Brasília neste fim de semana para as votações: "Nós teremos sessões amanhã (hoje) e domingo pela manhã. O constituinte foi eleito para constituir a Constituição do Brasil. Isso somente será possível estando em Brasília", disse, sem informar se adotaria medidas punitivas contra os faltosos.

O deputado Paulo Delgado (PT-MG) lembrou que a atual Constituição prevê a substituição dos parlamentares com mais de um terço de faltas por ano: "Eu tenho a lista de 20 deputados que podem ser enquadrados nesse artigo. Já que o Planalto não quer uma nova Constituição, vamos aplicar o texto em vigor", disse Delgado. Ulysses apenas informou que vai manter contato com os faltosos, "fazendo um apelo que espero seja atendido".

Sobre a possibilidade de votação, segunda-feira, do tempo de mandato e do sistema de governo, Ulysses, desanimado, disse que "tudo depende da votação do final de semana". Falta votar ainda o restante do capítulo III, que tem 268 destaques em sete capítulos com 34 artigos.

A sessão
Iniciada com 280 constituintes (o mínimo necessário para deliberações) a sessão de ontem foi esvaziada pelas lideranças do Centrão, já que as esquerdas, o PMDB de Mário Covas e parte do próprio grupo insistiram na inclusão dos recursos minerais e do subsolo entre os bens da União. Diante da falta de acordo os líderes do Centrão (que já haviam pedido, mas não conseguiram, a suspensão da sessão por 24 horas) decidiram pela retirada de 30 parlamentares do plenário.

O líder do PMDB, Mário Covas, informou que não houve acordo para a votação do artigo 21 "em razão da intransigência do Centrão em não incluir os recursos minerais e o subsolo entre os bens da União" e anunciou que sua bancada votaria contra o substitutivo do grupo, para tentar em seguida aprovar o texto da Sistematização. Iniciada a votação, 221 constituintes foram contra o texto do Centrão e 13 se absteram. O substitutivo voltará a ser votado hoje.

Em nota distribuída ontem, 11 constituintes do PFL explicaram sua ausência: "Deixamos de votar por entender que com a nossa conduta contribuímos para que seja possível um acordo interpartidário". Assinaram a nota os senadores Marco Maciel e Jorge Bornhausen e os deputados Aloysio Chaves, José Tinoco, Saulo Queiroz, Lúcio Alcântara, Joaquim Francisco, José Moura, Jaime Santana, Paulo Marques e José Jorge.

O deputado Gerson Peres (PDS-PA), do Centrão, engrossou ontem as críticas à aceleração dos trabalhos da Constituinte, com sessões aos sábados e domingos: "Até Deus descansou no sétimo dia", disse. Irônico, Ulysses protestou: "V. exa. está cometendo uma injustiça. Protesto por chamar Deus de preguiçoso. Logo ele que trabalhou tanto". Sem se dar por vencido, Gerson Peres disse que a constante falta de quórum desmoraliza a Assembleia.

— O que desmoraliza é não estarmos aqui — rebateu Ulysses.
— Eu compreendo o interesse de v. exa. em querer acelerar os nossos trabalhos — disse Gerson Peres.
— Meu não, da Nação — encerrou Ulysses.

Sistema de governo
O sistema de governo será estabelecido no art. 101 do projeto de Constituição, o qual diz que "o governo é exercido pelo primeiro-ministro e pelos integrantes do Conselho de Ministros" e que repousam na confiança da Câmara dos Deputados, exonerando-se quando esta lhes falte. Essa é a essência do sistema parlamentar de governo.

Mas a definição por um ou outro sistema se dará um pouco antes, quando for colocado em votação o Capítulo II do Título IV, que trata da presidência da República. Para esse capítulo é que foram apresentadas as principais emendas, tanto para manter o presidencialismo pleno quanto para estabelecer um presidencialismo "mitigado", com menos poderes para o presidente da república.

No capítulo I, art. 64, que trata da competência privativa da Câmara dos Deputados, já há muita coisa relativa ao sistema parlamentar de governo. Compete à Câmara dos Deputados proceder à tomada de contas do primeiro-ministro, eleger o próprio primeiro-ministro, e aprovar moção de censura ao Gabinete (ou voto de confiança no Gabinete). Mas se entende que esse artigo poderá ser aprovado condicionadamente, como já o foi a referência ao primeiro-ministro no art. 14 do projeto da Comissão de Sistematização ("São privativos de brasileiro nato os cargos de... primeiro-ministro").

A primeira emenda sobre sistema de governo a ser votada é a presidencialista, de autoria dos senadores Humberto Lucena e Edison Lobão e dos deputados Vivaldo Barbosa e Theodoro Mende. Ela alcançou maior número de assinaturas do que a única emenda parlamentarista, de autoria do deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE) que será votada em segundo lugar.



A passeata com o enterro de Sarney se aproxima do Largo de São Francisco, onde não faltou chope fornecido pelos estudantes.



São Bernardo: faltou gente.



No Rio, apitinhos da Cut.



Reforço. E Sarney, escondido.



ABC: dispersão.

Basta!

O "Dia do Basta" não foi tão barulhento como seus organizadores pretendiam. Houve buzinações, fogos de artifícios, painelações e enterros simbólicos do presidente José Sarney. Mas com participação de grupos pequenos. Em São Paulo, não passaram de 500 os manifestantes, no largo São Francisco. No ABC havia pouco fôlego para os dez mil apitos que a CUT e o PT compraram e em Salvador a participação foi maior: quinze mil pessoas aderiram ao protesto, que acabou em carnaval com trio elétrico e lúcio.

O presidente José Sarney passou todo o dia no palácio da Alvorada distante dos pontos da cidade onde ocorreram manifestações em favor das eleições para a presidência este ano. No palácio do Planalto ficou apenas o ministro chefe do Serviço Nacional de Informações, general Ivan de Souza Mendes, atento aos relatórios que chegavam sobre os protestos em todo o País e preocupado com a movimentação dos efetivos da Polícia Militar que davam proteção à praça dos Três Poderes e ao Congresso Nacional O Exército estava de prontidão.

Em Recife a manifestação teve a presença de cerca de cinco mil pessoas, entre elas o prefeito Jarbas Vasconcelos e o ex-governador Gustavo Krause, para quem "não adianta mais protelar a manifestação do povo. O melhor é pôr o poder na rua. Quem ganhar, ganhou".

Em Belo Horizonte o "Dia do Basta" ficou bem abaixo da expectativa dos organizadores, principalmente por causa do ri-

goroso esquema de segurança montado pelo governador Newton Cardoso. Mais de 50 detenções foram feitas na praça da Liberdade (as pessoas eram levadas até um caminhão da PM e liberadas depois de três horas). Pelo menos duas mil pessoas tentaram "abraçar" o palácio do governo, mas foram desviadas pelas tropas da PM. Houve o buzinação e das janelas dos prédios vizinhos veio uma chuva de papel picado.

Em Salvador, cerca de 15 mil pessoas saíram do Campo Grande em passeata até a praça Municipal, no centro da cidade, com os trios elétricos "Panela Vazia" (do PCdoB) e "Top 69", além do bloco afro Olodum. O grupo chegou às 19h à praça, onde foi realizado um comício com críticas ao governo Sarney, discursos a favor das eleições já. E já que os trios elétricos estavam lá, a manifestação acabou num animado carnaval.

Em São Bernardo do Campo, o Sindicato dos Metalúrgicos se preparou para o barulho, comprando dez mil apitos, cornetas. Mas a participação foi bem menor do que o previsto pelos organizadores: 1.500 pessoas. O presidente nacional da CUT, Jair Meneguelli, reconheceu a falta de adesão ao protesto e explicou que havia um "caráter descentralizado na manifestação". "Um pouco aqui (em São Bernardo), outro pouco em São Paulo, um pouco em cada cidade do Brasil, é o necessário para mostrar a determinação do povo brasileiro de votar para presidente este ano".

Em Porto Alegre foi feito um comício

que reuniu cerca de 1.500 pessoas na chamada "esquina democrática", o ponto mais central da cidade. Em Cuiabá, a manifestação teve a presença de cerca de mil pessoas e foi feito um enterro simbólico do presidente Sarney.

Também no Largo 13, em Santo Amaro, houve um enterro: o do Centrão. Mas a manifestação atraiu pouca gente, perdendo em participantes para a assistência de um camêlo que fica lá no Largo. Também foram disparados rojões e um deles atingiu uma moça, que foi levada para um pronto-socorro, com a perna queimada.

No Largo de São Francisco, a sirene da Faculdade de Direito antecedeu a uma salva de rojões, acompanhados do som de buzinas e painelas batidas. Mas não havia mais de 500 pessoas no Largo, apesar de a manifestação ter sido convocada pela OAB e por outras 75 entidades.

Abastecidos por muito chope — fornecido pelo Centro Acadêmico XI de Agosto, agosto o manifestante — quase houve um confronto entre os participantes do encontro e a PM, que tentava desobstruir o trânsito. Não passou do quase. Segundo o ex-deputado Eduardo Suplicy, do PT, o protesto foi "disperso" como queriam os organizadores: "A convocação do PT foi para que a população se dirigisse a um local próximo de suas casas ou do trabalho. Isso espalhou um pouco, mas serviu para mostrar em muitos locais que o povo está insatisfeito com Sarney".

"Usarei sempre meu direito de defesa"

Menos agressivo, o presidente Sarney explicou ontem no programa *Conversa ao Pé do Rádío* que em seus pronunciamentos anteriores não pretendeu atacar a Constituinte, mas sim exercer o "direito de defesa". Ao denunciar os "pregoeiros da desgraça" e as minorias oportunistas, Sarney disse estar apenas se defendendo das injustiças.

"Todas as minhas atitudes têm sido voltadas para evitar que a transição democrática se frustre", disse, fazendo um grande relato, a seguir, de sua visita a Minas Gerais, na quinta-feira. Sarney afirmou ter recebido o aplauso de 40 mil pessoas em Janaúba (o sistema de segurança da cidade informou na ocasião a presença de apenas duas mil pessoas, no máximo), e lembrou:

"O prefeito da cidade me pediu duas coisas: que eu tives-

se, no meio da tempestade política brasileira, paciência e determinação. E eu me comprometi a continuar tendo as virtudes da paciência e da determinação, para prosseguir na transição democrática. Jamais perderei essas virtudes", afirmou.

Depois, o presidente aproveitou para agradecer o apoio que vem recebendo do governador mineiro, Newton Cardoso:

"Vi o que ele está realizando no governo do Estado naquela área, em obras sociais, em estradas, em educação. Meus parabéns, portanto, aos mineiros, pelo trabalho que está fazendo o governador Newton Cardoso". Segundo Sarney, o que mais o empolgou no Norte de Minas foi que lá ele viu o "Brasil do interior, não o Brasil nervoso, procurando motivos para se envenenar no pessimismo. Mas o Brasil trabalha-

ndo, sofrendo dificuldades, mas sem perder a dimensão do futuro, sabendo que o presente já é melhor do que o passado e que o amanhã será muito melhor do que o nosso presente."

lhando, sofrendo dificuldades, mas sem perder a dimensão do futuro, sabendo que o presente já é melhor do que o passado e que o amanhã será muito melhor do que o nosso presente."

Direito de defesa
Encerrando o pronunciamento, o presidente explicou que suas últimas declarações foram mal interpretadas:

"Eu quero ser, como tenho sido, o presidente que tem valorizado o trabalho do interior do Brasil. Nós não podemos deixar de interiorizar o progresso. Se não fizermos isso, nós teremos sempre um País com injustiça social e um País capenga no seu desenvolvimento. Quero dizer que tivemos muitas interpretações equivocadas sobre os meus últimos pronunciamentos abordando os temas políticos e me defendendo das injustiças que foram cometidas.

Eu quero reafirmar que usarei sempre meu direito de defesa. Eu não concedo a ninguém ser mais interessado na transição democrática do que eu, de ter prestado com o meu trabalho, o meu exemplo, serviços maiores para que ela se concretize.

Todas as minhas atitudes têm sido voltadas para evitar que a transição democrática se frustre. Tenho serviços prestados, portanto, ao meu País e à democracia. E vejo que o povo reconhece. Eu nunca coloquei por meu desejo, como dizia Lincoln, espinhos algum no peito de ninguém, mas defenderei, com todas as minhas forças, o meu direito de defender o Brasil dos meus inimigos, que muitas vezes eles se escondem até mesmo na capa do ódio, ódio que ele mesmo é um ódio fingido".

Passarinho: um alerta para os perigos do extremismo.

O agravamento do conflito entre o Executivo e a Constituinte pode levar a impasse de consequências funestas, adverte o presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho, em manifesto à Nação ontem divulgado, para o qual vai pedir a assinatura de todos os constituintes. No manifesto ele defende "a transição tranquila e pacífica e a elaboração de uma nova Constituição, que modernize as instituições e conduza à edificação de uma sociedade baseada na Justiça e na paz social".

Ex-ministro dos governos Costa e Silva, Médici e Figueiredo, senador três vezes pelo voto direto pelo Pará, cogitado, durante algum tempo, para assumir a liderança do Centrão na Assembleia Nacional Constituinte, ele nega que seu manifesto tenha o objetivo de fundar, imediatamente, um novo partido:

"Não há tempo para a fundação de um novo partido, por causa das eleições municipais", e acrescenta: "Para a Arena se transformar em PDS levou seis meses".

Passarinho esclarece que seu objetivo com o manifesto "é firmar compromissos: reconhecemos o papel político que nos cabe na transição para que ela se ultime pacífica e exitosamente e o compromisso com um texto constitucional moderno que não faça concessões ao populismo nem à demagogia".

Íntegra

Eis a íntegra do manifesto do senador Jarbas Passarinho:

"Nada na história nos sugere que uma transição política de um regime autoritário para a democracia plena tenha condições de ser tão bem sucedida como a que estamos vivendo. O Brasil aborrece o radicalismo e a violência. Mesmo quando o tecido social tem sido esgarçado por movimentos de força a tônica foi a moderação.

A convocação da Assembleia Nacional Constituinte é um marco no itinerário para a completa modernização política do País.

Instala-se uma crise artificial no quadro político, pretendendo-se identificar um conflito frontal entre o Executivo e a Constituinte. A progredir essa situação, pode prever-se até mesmo um impasse de consequências funestas. Os militares, que em outras latitudes são o verdadeiro obstáculo à democratização de seus países, comportam-se esplendidamente no Brasil e se constituem num fator vital para a mutação para a democracia plena.

Avulta, pois, a responsabilidade dos políticos, de cuja conduta depende o êxito ou o malogro de tal projeto.

Eis porque, na plena consciência de nossas responsabilidades para com o presente e o futuro de nossa pátria, nós que doutrinariamente nos situamos equidistantes dos extremos ideológicos, desejamos uma Constituição que reflita os verdadeiros anseios da imensa maioria dos brasileiros, que não se confundem com aqueles postulados pelas minorias sectárias e que seja imune dos oportunismos demagógicos e do irrealismo utópico, suscetíveis de tornar a Nação ingovernável e produzir caldo de cultura ideal para todo tipo de aventureirismo. Nós nos empenhamos para que a transição para a plenitude democrática seja tranquila e pacífica, ultimada por um texto constitucional que proporcione a modernização de nossas instituições, consagre os princípios democráticos, enseje a solução, sem traumas, das divergências políticas e conduza à edificação de uma sociedade baseada na justiça e paz social. Fiéis a esses propósitos, assinamos o presente compromisso.
Brasília, 4 de março de 1988".

Os vices se reúnem, em apoio à Constituinte.

Reunidos ontem em Belo Horizonte, 17 vice-governadores de Estado divulgaram uma carta-manifesto, defendendo a soberania da Constituinte. O vice-governador de São Paulo, Almino Afonso, deu uma entrevista e disse que "se eu fosse o presidente Sarney, não opinaria sobre a Constituição". Almino disse também que não está fazendo campanha para o governador Orestes Quércia. "Só estou viajando muito, com o objetivo de discutir a crise pela qual passa o País. Tenho um retrocesso político", afirmou. No documento, os vices afirmam seu apoio à Constituinte e pedem o aceleração dos trabalhos. Defendem a elaboração de um "plano nacional de emergência", para superar a crise. Reúnem-se de novo quando a Carta ficar pronta.

Presidencialistas reúnem (e mostram) forças

Os presidencialistas se reúnem hoje, a partir das nove horas, no gabinete do senador Humberto Lucena, para tentar chegar a um consenso sobre um texto comum que mantenha o atual sistema de governo na próxima Carta. Ontem um encontro preliminar foi realizado e durante o encontro o deputado Milton Reis informou aos parlamentares que dos 302 constituintes ouvindo, há uma vantagem de 31 votos para os presidencialistas. O deputado Delfino de Oliveira (PL-RJ), após esta reunião, afirmou que a pesquisa feita por Milton Reis está absolutamente correta porque foi conferida junto a cada parlamentar por mais de uma vez, o que lhe deixa absolutamente seguro da vitória.

A primeira emenda sobre sistema de governo a ser votada é a presidencialista, de autoria dos senadores Humberto Lucena e Edison Lobão e dos deputados Vivaldo Barbosa e Theodoro Mende. Ela alcançou maior número de assinaturas do que a única emenda parlamentarista, de autoria do deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE) que será votada em segundo lugar.

Existem ainda outras oito emendas defendendo o presidencialismo puro e simples, além de 17 propondo a implantação do presidencialismo mitigado.

Texto imbatível

"Queremos chegar a um texto conciso, que se torne imbatível" — disse o presidencialista Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), um dos responsáveis pela elaboração do novo texto, que deveria estar concluído até a próxima segunda ou no máximo terça-feira, conforme revelou.

A principal proposta presidencialista diz que o "Poder Executivo é exercido pelo presidente da República, auxiliado pelos ministros de Estado". Mas a grande novidade dessa sugestão é o surgimento da censura aos ministros. Segundo a emenda, por iniciativa de, no mínimo, um terço dos seus membros, a Câmara Federal poderá apreciar moção de censura a ministro de Estado. Diz ainda que "a provocação da moção de censura, dar-se-á pela maioria de dois terços dos membros da Câmara Federal, que a moção de censura implica na exoneração do ministro a que se referir e que os

signatários de moção de censura que não for aprovada, não poderão apresentar outra na mesma sessão legislativa, com relação ao mesmo ministro". A proposta, segundo o senador Humberto Lucena, faz o Congresso, além de aperfeiçoar as suas funções fiscalizadoras e atuar como depositário da soberania popular, ser capaz de censurar o desempenho do administrador em qualquer nível, desde ministro até diretores de departamentos e órgãos.

Uma outra proposta muito discutida é a do deputado Manoel Moreira (PMDB-SP) que diz que o Poder Executivo será exercido pelo presidente da República com auxílio do primeiro-ministro, dos ministros de Estado e do Conselho de Ministros. Com esta proposta, ele pretende, segundo sua justificativa "instaurar o sistema do presidencialismo parlamentarizado, para evitar os erros do presidencialismo imperial". A sua emenda foi criticada pelo parlamentarista Egidio Ferreira Lima que diz que ela, além de ser tipicamente presidencialista, apenas cria a figura do ministro coordenador. Segundo Egidio, com esta proposta o

Gabinete não terá nenhuma independência e, portanto, não está sujeito a censura. Para ele, quando o primeiro ministro é censurado, ele automaticamente é substituído, sem participação da Câmara dos Deputados ao arbítrio do presidente da República. Trata-se de uma emenda presidencialista com alguns mecanismos deformados do parlamentarismo.

Presidencialismo mitigado

Várias emendas defendem o presidencialismo simples, ou seja, aquele que dá todos os poderes ao presidente da República e para o presidencialismo mitigado, ou seja, aquele em que o Congresso Nacional teria poderes para censurar ministros e controlar de forma mais efetiva o Executivo.

Já a única emenda coletiva parlamentarista, do deputado Egidio Ferreira Lima, concebe um sistema que o constituinte considera "altamente modernizante e capaz de consolidar os partidos, acabando com um erro que existe quando os partidos se formam em torno do carisma de seus presi-

dentos, como aconteceu com Getúlio Vargas e Ademar de Barros que, ao morrerem, levaram consigo suas siglas, e que certamente acontecerá com Leonel Brizola". A sua proposta, conforme revelou, segue os modelos francês e português, onde o chefe de Estado é gerente da Nação, que cuida das coisas do dia-a-dia e o presidente da República fica como o grande moderador, o árbitro do governo e das instituições, além de cuidar de questões como política externa e comando das Forças Armadas.

As contas do Planalto

Já o Planalto faz outras contas. Ontem altas fontes do governo disseram que o Planalto "anda tem esperança na aprovação dos cinco anos para Sarney". Nos cálculos da Presidência da República, existe uma diferença de votos, ainda não definidos, que poderão pender para um lado ou para outro, "dependendo de quem trabalharem melhor". Segundo o ministro Ronaldo Costa Couto, "o que há de certo é a emenda, Matheus Iensen, que contou com a assinatura de 319 constituintes, dando uma folga de 39 votos a favor dos cinco anos".